

SOBRE A SELEÇÃO DE AUXILIARES E A DISTRIBUIÇÃO DO PRONOME *NE* EM ITALIANO

**MARIA CRISTINA FIGUEIREDO SILVA
CARLOS MIOTO**

Universidade Federal de Santa Catarina

O objetivo deste artigo é fazer uma ponte entre os conhecimentos produzidos pela lingüística teórica e a lingüística aplicada, em especial no que diz respeito à compreensão, ao ensino e à aprendizagem de línguas. Este tipo de interface é freqüentemente posto em segundo plano; pelos “teóricos” porque sua atenção se volta quase exclusivamente para a tarefa de construir a melhor teoria para abordar aspectos do comportamento das línguas e assim fazem, desfazem, refazem a teoria a cada nova evidência empírica ou a cada *insight* sobre a melhor forma de explicar um determinado fenômeno; mas essa interface também é posta de lado pelos “práticos” porque a premência de sua atuação quase sempre impõe um custo muito alto ao trabalho de aprender uma teoria: tendo em vista que o que deve ser ensinado/aprendido é a língua como um todo, o custo é tanto maior porque implica aprender teorias (parciais) de cunho fonológico, morfológico, sintático etc. (mesmo que todas as teorias a aprender fossem, no fim das contas,

econômicas por apresentarem pressupostos idênticos), além de aprender e implementar técnicas que visam incrementar o aprendizado e manter os aprendizes motivados. Além, é lógico, de precisar dar muitas aulas para poder sobreviver.

A ponte a ser construída vai ligar a Sintaxe Gerativa e o ensino de italiano (a alunos brasileiros) no que tange aos fenômenos relacionados com a **inacusatividade**. Uma das principais consequências das pesquisas sobre inacusatividade foi estabelecer que os verbos monoargumentais ou ditos intransitivos, que antes eram concebidos como membros de uma única classe, constituem na verdade duas classes distintas. Uma das classes (que doravante vamos rotular de **verbos inergativos**) se caracteriza por ter seu único argumento identificado como o argumento externo (AE), com propriedades semelhantes às do sujeito dos verbos transitivos; a outra (que rotulamos de **verbos inacusativos**) tem o único argumento identificado como o argumento interno (AI), com propriedades semelhantes às do objeto dos verbos transitivos.

Nos anos 80, a Gramática Gerativa fez avançar significativamente os conhecimentos sobre a inacusatividade, um fenômeno que a sintaxe das línguas naturais reflete de modo muito intrigante (o trabalho de Burzio (1986) é um dos mais abrangentes sobre o assunto). Os reflexos podem ser observados em níveis amplos como o da tipologia lingüística e em níveis mais restritos como o das (micro-)variações entre línguas com estreito parentesco.

No nível tipológico, as línguas são enquadradas como ergativas¹ ou nominativas² de acordo com o modo como sua sintaxe reflete o fenômeno da inacusatividade. Nas línguas nominativas, a diferença na classe de verbos monoargumentais fica obscurecida: se um verbo tem apenas um argumento, este vai acabar sendo o sujeito da sentença, sendo marcado por Caso nominativo³ de modo paralelo ao que acontece com o AE dos verbos transitivos. Por sua vez, as línguas ergativas mantêm claramente as distinções entre as duas classes de verbos monoargumentais: o argumento dos inacusativos é o objeto da sentença, sendo marcado invariavelmente por caso absolutivo de modo paralelo ao que acontece com o AI dos verbos transitivos; o argumento dos verbos inergativos, por sua vez, é marcado por caso ergativo de modo paralelo ao que acontece com o AE dos verbos transitivos. Assim, o único argumento dos verbos monoargumentais nessas línguas apresenta marcas casuais distintas, o que é visível quando a língua possui morfologia rica.

Também no nível mais restrito das línguas com forte parentesco, a inacusatividade produz diferenças sintáticas que estão muito longe da trivialidade, o que pode ser observado se comparamos, no domínio das línguas românicas, o italiano (ou o francês) com o português (ou o espanhol). No italiano, quando se trata de formar o passado composto, o fato de o verbo ser inacusativo o leva a ser combinado com o auxiliar *essere* (*ser*); um verbo inergativo, por outro lado, é combinado com o auxiliar *avere* (*ter*). Inverter a combinação de auxiliar com tipo de verbo leva a sentença à

agramaticalidade. O português não mostra efeito sintático quando se trata de combinar o auxiliar com um verbo inacusativo ou inergativo para formar o passado composto (ou o pretérito mais que perfeito composto)⁴: é possível apenas a combinação com o auxiliar *ter* (ou *haver*), a combinação com o auxiliar *ser* não estando disponível nesta língua. Por isso, ao aprender italiano, um brasileiro vai encontrar muitas dificuldades para saber em que construções se usa qual auxiliar; também vai encontrar dificuldades para saber com quais verbos monoargumentais é possível usar o pronome clítico partitivo *ne* (*deles*). A intenção deste artigo é, através da descrição e da explicação do fenômeno, contribuir para tornar o ensino/aprendizado do italiano mais eficiente, ao menos com respeito a este fenômeno.

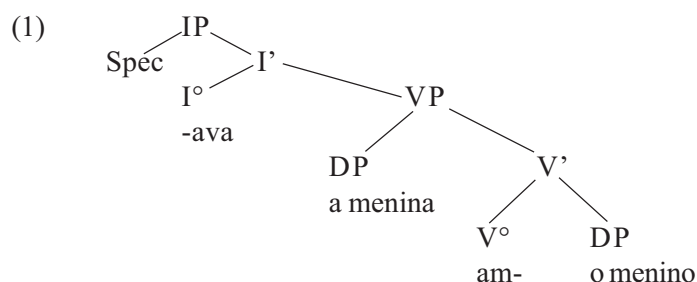
Este artigo se organiza da seguinte forma: na seção 1, apresentamos os pressupostos formais da teoria gerativa em sua versão Regência e Vinculação, um passo necessário para que seja possível, na seção 2, apresentarmos a hipótese da inacusatividade. Finalmente, a seção 3 discute os fatos do italiano, seja os de seleção de auxiliares, seja os da distribuição do pronome clítico *ne*.

1. Pressupostos

1.1. A estrutura da sentença

A gramática tradicional tem o verbo como o elemento mais importante da frase. No entanto, é fato que uma sentença com um verbo não conjugado, no infinitivo por exemplo, não pode ser considerada propriamente uma sentença, pois não é uma verdadeira proposição. Basta observar a impossibilidade de atribuímos valor de verdade a uma proposição como *Chover* e a possibilidade de averiguarmos a verdade ou falsidade de uma afirmação como *Choveu* ou *Chove*.

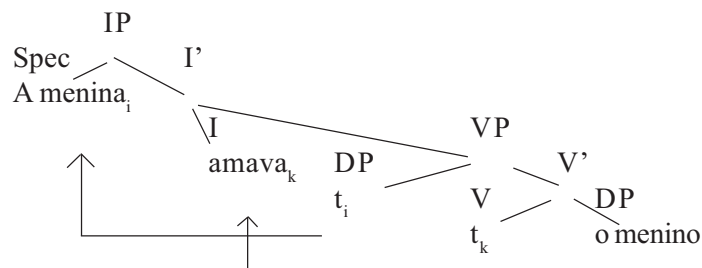
Estudos de sintaxe dos últimos anos (ver Koopman & Sportiche, 1991) assentaram que há dois constituintes maiores que compõem uma sentença canônica declarativa. Um é de natureza funcional e responde por informações gramaticais (número, pessoa e caso) e semânticas (tempo, modo, aspecto) que são expressas pela flexão verbal. Este constituinte, que se abrevia IP (do inglês *Inflectional Phrase*), domina um VP (do inglês *Verb Phrase*), que é de natureza lexical e que responde pela “cena” expressa pelo verbo e seus argumentos. Representando os dois constituintes em árvore, teríamos (1):



Apontamos algumas informações relevantes que estão embutidas em (1) (para mais detalhes ver Mioto *et alii* 1999). Cada constituinte tem três níveis de projeção, ou seja, para o IP temos I°, I' e IP e para VP temos V°, V' e VP. O nível ° (zero) é preenchido pelos itens (núcleos) que retiramos do nosso dicionário mental – por exemplo, o afixo /-ava/ que vale pelo pretérito imperfeito do indicativo e o radical /am-/ que dita que a cena em questão é de amor, cena que se compõe com dois figurantes (argumentos). No nível ' (linha), o núcleo é combinado com o complemento (argumento interno – AI): o complemento de I° é o VP e o de V° é o DP (*Determiner Phrase*) preenchido pelo sintagma *o menino*. O AI nesta cena é o que desempenha o papel temático (ou papel semântico) do que é amado. No nível mais alto, o nível P como IP ou VP, que é o nível máximo, combina-se o constituinte formado no nível linha com um especificador (Spec): o Spec de IP é a posição que canonicamente vai ser ocupada pelo sujeito da sentença (marcado por caso nominativo), elemento que vai estar concordando com a flexão I; o especificador de VP (argumento externo – AE) é o DP preenchido por *a menina*. O AE nesta cena é o que desempenha o papel temático (ou semântico) do que ama.

O que (1) faz é analisar a sentença em seus constituintes. A pronúncia⁵ da sentença que (1) analisa requer, em primeiro lugar, que o radical do verbo se junte ao afixo para formar *amava*, já que morfemas presos como esses não podem ser pronunciados em separado; e, em segundo lugar, requer que *a menina* apareça antes do verbo flexionado, como observamos em (2a). Se imaginamos que isso se faz através de movimentos para cima dos constituintes, então (1) se torna (2b) no momento de ser pronunciada:

- (2) a. A menina amava o menino
b.



Em (2b) *t* (do inglês *trace*) marca o lugar de onde o constituinte foi movido e o índice subscrito *i* ou *k* marca qual constituinte foi movido. Chamamos (*a menina_i*, *t_i*) e (*amava_k*, *t_k*), que resultaram do movimento, de **cadeia**. A razão para apresentarmos este formalismo ficará clara ao longo do artigo.

Observe que o movimento do verbo para I é obrigatório por questões morfológicas, mas não é clara qual seria a motivação para o movimento do DP *a menina* para Spec IP. Voltaremos a isso na seção 1.3.

1.2. A estrutura argumental do verbo

A sintaxe sempre se preocupou em estabelecer como a cena descrita pela sentença é composta. Terminologia à parte, o que é comum em muitas

teorias da sintaxe é que os “figurantes” entram em cena ou como **argumento** ou como **adjunto**. Os argumentos são constituintes que concorrem para compor minimamente a cena, ou seja, sem um deles a cena não se completa. O que existe além deles é incorporado à cena como adjunto. Para o presente estudo, a noção de argumento é fundamental.

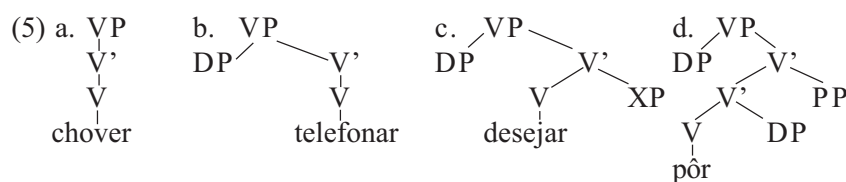
Os verbos selecionam seus argumentos de acordo com seu valor semântico (por isso dizemos que o verbo **s**-seleciona um **agente**, um **paciente**, um **tema**, um **experienciador**, etc.) e/ou de acordo com sua categoria (neste caso dizemos que o verbo **c**-seleciona um DP = o *menino*, um PP (do inglês *Prepositional Phrase*) = *do menino*, um CP (do inglês *Complementizer Phrase*) = *que o menino ama a menina*, um InfP = *amar a menina*, um GerP = *amando a menina* ou um PartP = *amado a menina*. As propriedades de seleção permitem enquadrar os verbos em duas classes: a dos verbos lexicais que s-selecionam e c-selecionam seus argumentos, como faz o verbo *beber* em (3); e a dos verbos funcionais (auxiliares) que apenas c-selecionam seus argumentos, como faz o verbo *estar* em (4).

- (3) a. O menino bebeu o suco.
b. *O menino bebeu o carro.

- (4) a. O menino está nadando.
b. O menino está pensando.
c. *O menino está pensar.

A agramaticalidade de (3b) – representada por um asterisco na frente da frase – mostra que o verbo *beber* não aceita como AI *o carro*, já que este DP é privado da propriedade semântica de ser [+líquido]. Por sua vez, o verbo *estar* não reage ao fato de estar combinado com um gerúndio de um verbo que expressa atividade física como *nadando* em (4a) ou mental como *pensando* em (4b); mas reage se o seu complemento é da categoria infinitivo, como vemos em (4c).

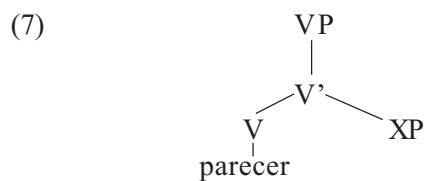
Tradicionalmente se considera que o número de argumentos de um verbo lexical pode variar de nenhum a três, de acordo com os desenhos em (5):



É interessante observar que, se um verbo tem AE, este é sempre da categoria DP e é sempre s-selecionado; quanto ao AI, não se pode prever a qual categoria ele pertence (donde o XP) e nem se ele será s-selecionado ou não, como vimos no caso dos auxiliares. O AI do verbo *desejar*, por exemplo, pode ser um DP, ou uma sentença finita CP, ou ainda uma sentença com verbo no infinitivo, como podemos ver em (6):

- (6)
- a. João deseja [_{DP} uma maçã]
 - b. João deseja [_{CP} que Maria suma]
 - c. João deseja [_{InfP} comer uma maçã]

O que não é considerado pela tradição é que um verbo possa ter apenas um argumento e que este argumento seja o AI, ou seja, não é admitida pela gramática tradicional a existência de verbos inacusativos. Se admitimos a sua existência, supondo que um representante desta classe é *parecer*, o desenho resultante seria (7):



Em (7) está mantida a impossibilidade de determinar previamente qual a categoria do AI. Admitir a existência de um verbo com tal estrutura argumental é fundamental para discutir o fenômeno da inacusatividade.

Quanto aos verbos funcionais, retomemos duas afirmações importantes: a primeira é que o AE é sempre s-selecionado; a segunda é que o AI nem sempre é s-selecionado. Assim, um verbo funcional, que não tem a capacidade de s-selecionar, nunca pode ter um AE. Por outro lado, ele pode (c-)selecionar um AI. Portanto, um verbo funcional só pode figurar num desenho como (7). Em suma, a classe dos verbos inacusativos engloba um grupo de verbos lexicais e todos os verbos funcionais.

1.3. Posições sintáticas e sua interpretação

Quando discutimos a organização hierárquica da frase, ficou sem resposta uma questão: o que obriga o movimento do DP gerado em Spec VP em (2) para a posição Spec IP? Para abordarmos essa questão agora, vamos retomar as discussões que iniciaram este texto.

Quando falamos de línguas nominativas ou línguas ergativas, estamos falando de uma tipologia que foi pensada a partir de línguas que possuem um sistema morfológico de Casos. Assim, vemos marcas morfológicas nos sintagmas nominais que compõem uma frase e cada uma daquelas marcas nos indica a função gramatical daquele sintagma. Repare que desta forma estamos conectando interpretações – os papéis semânticos que discutimos na seção anterior – às funções gramaticais.

Mas não é só por meio de morfologia casual explícita que se faz a conexão entre semântica e sintaxe. A ordem das palavras no português e no italiano responde igualmente por isso. Em português, por exemplo, em uma sentença sem entonação especial o sintagma que precede o verbo flexionado deve ser o sujeito da frase e o que segue o verbo é o seu objeto. É por isso que em gramática gerativa falamos de uma propriedade abstrata, válida para todas as línguas, que é o Caso abstrato – revelado nas línguas pela

morfologia casual visível ou pela ordem das palavras. O fundamental é que todos os DPs da frase tenham seu Caso abstrato, pois só assim será possível estabelecermos qual é a sua função sintática e qual é a interpretação que ele deve receber.

A idéia é que a flexão finita (ou pelo menos a flexão que apresenta marcas de pessoa e número) é capaz de marcar com Nominativo o sintagma que ocupa a posição Spec IP. Por outro lado, o sintagma que segue o verbo em português nas construções transitivas é marcado com Caso Acusativo, atribuído pelo próprio verbo. Para os nossos propósitos aqui, basta falarmos desses dois Casos, chamados Casos estruturais porque dependem fundamentalmente da posição que os sintagmas ocupam na estrutura e de certas características de seus atribuidores – a flexão deve ser finita para atribuir Nominativo, o verbo deve ser transitivo para atribuir Acusativo. Tendo em mente estes pressupostos, vamos passar à análise dos verbos inacusativos.

2. Verbos inacusativos

2.1. Demonstração

A gramática tradicional, por ser uma teoria em que o objeto de análise é apenas a sentença tal como é pronunciada, não lida com a idéia de que existem verbos cujo único argumento é um objeto⁶, tal como o verbo *parecer* representado em (7). Para rebater esta tradição, que é bastante arraigada, podemos demonstrar que a estrutura em (7) é não só plausível, como necessária para explicar os fenômenos das línguas. A demonstração vai conter dois passos principais: um deles é mostrar que o verbo *parecer* pode figurar em uma sentença sem que tenha sujeito, o que leva à conclusão que não tem AE; o outro é negar que o sujeito do verbo *parecer*, quando ele tem um, seja seu AE. Observe que ser sujeito não é a mesma coisa que ser AE (sujeito é o Spec IP e AE é o Spec VP) e que ser AE implica ser sujeito.

Começemos considerando (8), que contrasta *parecer* com o verbo transitivo *desejar*:

- (8) a. Parece que a Maria tem muitos amigos.
- b. *Deseja que a Maria tenha muitos amigos.

O modo mais direto de encarar o par em (8) é dizer que, se *desejar* não é combinado com um sujeito, a sentença é agramatical, como acontece em (8b). Esta exigência, porém, não se verifica em (8a). Por outro lado, se acrescentamos um sujeito para cada um dos verbos, os julgamentos de gramaticalidade são revertidos:

- (9) a. *O João parece que a Maria tem muitos amigos.
- b. O João deseja que a Maria tenha muitos amigos.

O sujeito exigido pelo verbo *desejar* em (9b) não é tolerado pelo verbo *parecer* em (9a). Concluímos de (8) e (9) que *parecer* não tem AE (nem tem que ter sujeito) enquanto *desejar* tem que ter.

Não escapou da argúcia do leitor que a afirmação anterior leva a um impasse ao considerarmos (10), onde tanto *desejar* como *parecer* têm sujeito e nenhum contraste é verificado:

- (10) a. A Maria parece ter muitos amigos.
- b. A Maria deseja ter muitos amigos.

A única forma de descartar (10) como contra-argumento é mostrar que *A Maria* não é o AE do verbo *parecer* ainda que seja o seu sujeito. Para dar esse passo, devemos nos lembrar que se um verbo seleciona um AE, então ele s-seleciona este AE. Isto é, existem pesadas restrições sobre o que vai acabar sendo o sujeito do verbo. Se um verbo não seleciona AE, então ele não vai reagir àquilo que figura como seu sujeito. Assim, quando se trata de *desejar*, só DPs marcados pelo traço semântico [+humano] podem acabar sendo seu sujeito; quando se trata de *parecer*, por outro lado, não importa quais sejam as propriedades semânticas do DP que vai figurar como sujeito.

Reconsideremos (10) onde tanto *desejar* como *parecer* aceitam o DP *A Maria* como sujeito e o comparemos com os pares em (11) – (14):

- (11) a. ??O cachorro deseja flutuar.
- b. O cachorro parece flutuar.
- (12) a. *A pedra deseja flutuar.
- b. A pedra parece flutuar.
- (13) a. *A esperança deseja ter acabado.
- b. A esperança parece ter acabado.
- (14) a. *Deseja estar chovendo sobre Santiago.
- b. Parece estar chovendo sobre Santiago.

O que se observa é que, se o sujeito de *desejar* sai da esfera do [+humano], a sentença apresenta anomalias semânticas. Por sua vez, o verbo *parecer* combina indiscriminadamente com sujeitos de qualquer tipo semântico: pode ter sujeito humano em (10a), não-humano em (11b), inanimado em (12b), abstrato em (13b) ou pode mesmo não ter sujeito em (14b). Especialmente em (14b), percebemos claramente que a falta de sujeito deve ser atribuída ao verbo meteorológico *chover* e não a *parecer* (ou *estar*). Já que não há reação ao DP que vem a ser seu sujeito, concluímos que o sujeito de *parecer* não é um argumento selecionado por ele e muito menos seu AE, pois se um argumento é selecionado, não pode ser de qualquer tipo semântico.

Uma tentativa final de criar um contra-argumento para a tese de que *parecer* é como (7) pode ser feita a partir de (15):

- (15) *A pedra parece feliz

Como se explica agora a anomalia semântica de (15)? A explicação segue a linha do que foi dito para *chover* em (14b) e pode ser estendido a todos os exemplos com *parecer*. A anomalia não se localiza na relação de *a pedra* com *parecer* (mesmo porque esta relação já não apresentou anomalia em (12b)), mas na relação entre *a pedra* e o adjetivo *feliz*: *a pedra* é um DP semanticamente incompatível com *feliz*.

Assim, o que mostramos foi que existem verbos inacusativos, que se caracterizam por terem a estrutura argumental apresentada em (7); o deta-

lhe a ser realçado é que eles não têm AE. Conseguimos entender por que a tradição gramatical não admite em princípio uma estrutura como (7) se levamos em conta que as línguas (pelo menos as nominativas) têm uma compulsão que é traduzida por um princípio chamado Princípio da Projeção Estendida (EPP): toda sentença tem sujeito. Assim, mesmo um verbo que não tem AE, se ele é o verbo finito da sentença, pode acabar tendo um sujeito que pode ser o XP, se $XP=DP$, ou que pode se originar no XP. O fato de eles poderem ter um DP como sujeito na aparência os iguala aos verbos que têm AE. Esta igualdade aparente induz de forma contra-intuitiva a considerar como sujeito mesmo um CP finito como em (8a) (oração subjetiva). Outro fator que torna a situação ainda mais complicada é o fato de que certos verbos inacusativos, como o próprio *parecer*, podem figurar em várias estruturas: às vezes está combinado com uma sentença apenas, que em situações normais aparece do lado direito do verbo (8a), às vezes está combinado com um sujeito à esquerda e algo do lado direito, como uma sentença infinitiva (10b) ou um predicativo (16):

- (16) a. A Maria parece triste.
b. A Maria parece uma freira.
c. A Maria parece de ferro.

Porém, se consideramos que a estrutura argumental de um verbo inacusativo é sempre como (7) (e deixamos para outros módulos da gramática a tarefa de explicar a estruturação final das sentenças), conseguimos fornecer uma análise unificada para toda a variedade de estruturas em que estes verbos podem figurar. Esta variedade de estruturas não é determinada em princípio pelo verbo em si, mas pelo tipo de complemento que o XP é: se for uma sentença infinitiva que contém um DP sem caso, este precisa ser movido para o Spec de IP para ter nominativo (17a); se for uma *small clause* (SC)⁷ com um DP sem Caso, este precisa ser movido para Spec de IP para ter nominativo (17b); se for uma sentença finita, nada precisa acontecer (17c) porque não vai existir DP sem Caso.

- (17) a. [_{IP} A Maria_i parece [_{InfP} t_i ter muitos amigos]
b. [_{IP} A Maria_i parece [_{SC} t_i triste]]
c. [_{IP} Parece [_{CP} que [_{IP} a Maria tem muitos amigos]]]

Admitir a existência de verbos inacusativos produz uma reviravolta considerável na classificação tradicional dos verbos. Seus efeitos podem ser observados em (18):

(18)	Classificação tradicional	Nova classificação
	1. verbos lexicais	
	1.1. verbos transitivos	1. verbos transitivos
	1.2. verbos intransitivos	2. verbos inergativos
	1.3. verbos de ligação	3. verbos inacusativos
	2. verbos auxiliares	

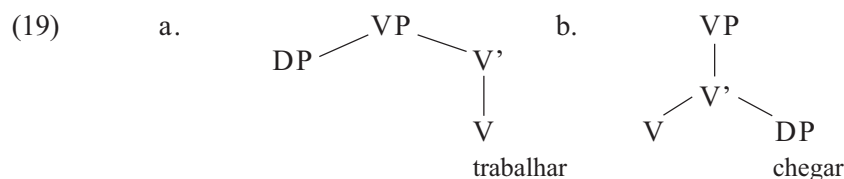
O que se observa primeiro é que a classe dos verbos transitivos se mantém inalterada, sua estrutura argumental sendo (5c) e (5d). A classe

dos intransitivos⁸ perde uma boa parte de seus membros para a classe dos inacusativos. A classe dos verbos de ligação toda ela apresenta propriedades de inacusativos que, como representado em (17b), têm como complemento uma SC. A classe dos auxiliares, independentemente de conter elementos funcionais, toda ela apresenta propriedades de verbos inacusativos.

Em especial, admitir a existência da classe dos inacusativos é importante à medida que permite reconsiderar o que era uma classe unitária, a dos verbos intransitivos, como sendo agora duas classes de verbos monorgumentais: uma cuja estrutura é como (5b), a dos inergativos, que têm sempre um AE que é um DP; outra cuja estrutura é como (7), a dos inacusativos, que tem um AI de categoria variada. A mosca surge na alça de mira deste nosso trabalho quando o AI de um verbo inacusativo é da categoria DP, o que o torna em quase tudo igual a um verbo inergativo.

2.2. Inergativos *versus* Inacusativos

Chegamos à conclusão que, quando um verbo seleciona apenas um DP, sua estrutura argumental é como (19a) ou (19b):



Em (19) é suposto que *trabalhar* é um verbo com a estrutura em (19a) e que *chegar* é um verbo com a estrutura em (19b). Na sentença tal como é pronunciada a diferença pode ser anulada porque o DP pode aparecer antes do verbo finito em ambas as situações⁹, como vemos em (20):

- (20) a. A Maria trabalhou no final de semana passado.
 b. A Maria chegou no final de semana passado.

Assim, para o português parece de todo ocioso traçar e manter a distinção em (19). Além disso, quando temos em vista o uso do auxiliar, que é um dos pontos centrais para o ensino de italiano para brasileiros, no português não há variação: o auxiliar é sempre *ter*.

Entretanto, é possível afirmar que, mesmo para o português a distinção apresentada em (19) não é ociosa. Vamos nos limitar a apresentar um fenômeno sintático que indica que é útil para a gramática do português manter a distinção. Trata-se de um tipo de construção com o particípio verbal. Observemos, por exemplo, as construções de particípio absoluto, como as de (21):

- (21) a. Acabado o serviço, todos tiraram férias.
 b. Chegada a hora, todos foram embora.
 c. *Trabalhada a Maria, João saiu.

A sentença (21c), construída com *trabalhar*, é agramatical, enquanto (21b), construída com *chegar*, é gramatical. A distinção apresentada em (19) dá a seguinte explicação para o que acontece em (21). Observe que a

construção de participio absoluto é bem formada com um verbo transitivo como *acabar* em (21a) e que o DP *o serviço* corresponde ao AI dele. Agora, o que acontece quando se trata de verbos monoargumentais? O que acontece é que, se o argumento é o AI, como dissemos ser o caso para *chegar*, a sentença é gramatical (21b); se, por outro lado, o único argumento corresponde ao AE, como dissemos ser o caso para *trabalhar*, a sentença é agramatical (21c). Assim, só verbos como *acabar* ou *chegar*, que têm AI, podem figurar numa construção de participio absoluto. Em outras palavras, a possibilidade de (21b) contra a impossibilidade de (21c) é regulada pelo fato de o argumento de *chegar* ser um AI e o de *trabalhar* ser um AE. Se os verbos monoargumentais constituíssem uma classe homogênea, como quer a gramática tradicional, esperaríamos que a construção com participio fosse completamente impossível para eles.

Esperamos ter conseguido mostrar que a classificação dos verbos monoargumentais em inergativos e inacusativos é relevante, mesmo numa língua como o português. O problema agora é buscar parâmetros para reconhecer se um verbo é inacusativo ou inergativo. Se é possível apontar uma propriedade formal que define um verbo inacusativo¹⁰, a tarefa de mostrar com quais verbos se usam os auxiliares *essere* e *avere* e com quais se pode usar o clítico *ne* ficará em muito facilitada.

Nossa questão é, então, a seguinte: como reconhecer se um verbo monoargumental é inergativo (19a) ou inacusativo (19b)? Podemos simplificar um pouco mais o problema se reformulamos a pergunta da seguinte maneira: como reconhecer se o DP que é o único argumento de um verbo é o AE ou o AI?

Relembremos o que foi dito sobre a relação entre o verbo e seu AE: o verbo sempre impõe pesadas restrições sobre aquilo que é seu AE. Primeiro, o AE tem que ser um DP. Acrescentemos que o AE tem que ter um papel temático proeminente, o que significa para os propósitos deste trabalho ser o **agente**¹¹. Quanto ao AI, ele não precisa ser um DP, como mostramos a propósito de (6). Além disso, a posição que o AI ocupa (a posição de complemento) é prototípica do papel temático **tema (paciente)**, o menos proeminente na estrutura temática de um verbo.

Agora estamos em condições de reconhecer se o DP que é o único argumento do verbo é o AI ou o AE, ou seja, se o verbo em questão é inacusativo ou inergativo. Um verbo é inergativo se o único argumento que ele seleciona tem que ser o **agente**. Um verbo é inacusativo se o único DP que ele seleciona não tem que ser **agente**¹². Apliquemos a definição ao conjunto de sentenças em (22):

- (22)
- a. O navio afundou.
 - b. João chegou.
 - c. João morreu.
 - d. João adoeceu.
 - e. Maria trabalhou muito.
 - f. A vaca mugiu
 - g. João telefonou
 - h. João nadou.

Agora, somos levados a concluir que os verbos das sentenças (22a-d) são inacusativos enquanto os das sentenças (22e-f) são inergativos. Note que em (22a) o argumento é inanimado, o que imediatamente coloca *afundar*, tal como ele ocorre nesta sentença, na classe dos inacusativos; em (22b), o DP animado *João* pode alternar com um inanimado como *a encomenda*, por exemplo, o que mostra que o verbo *chegar* não tem que selecionar **agente**; e em (22c-d), embora o DP sujeito tenha que ser animado (ou pelo menos vivo), ele tem o papel temático de **tema**, com a propriedade semântica de ser o afetado. Por sua vez, todos os verbos que ocorrem nas sentenças (22e-f) exigem que seu sujeito seja **agente** e, por isso, devem ser classificados como inergativos.

Vamos ver como esta distinção traçada para o português ajuda os aprendizes de italiano a saber em quais construções e com quais verbos monoargumentais usar o auxiliar *essere* e o clítico *ne* e com quais usar o auxiliar *avere*.

3. Italiano

3.1. O clítico *ne*

Uma das particularidades da gramática do italiano é um de seus pronomes clíticos, o *ne*¹³. Dentre os vários usos que este pronome tem, destacamos um, o chamado “*ne* partitivo”, que pode ser descrito *grosso modo* como se segue: é possível pronominalizar parte de um sintagma nominal, desde que a parte que reste seja um elemento de tipo quantificacional, como *molte*, *tanti*, *due* ou *tre*. Que só sintagmas nominais podem ser pronominalizados deste modo por *ne* é mostrado pelo contraste abaixo em (23):

- (23) a. Gianni inviterà [molte ragazze]
 b. (Di ragazze) Gianni ne inviterà [molte ____]
 c. Gianni ha parlato a [molte ragazze]
 d. *(Di ragazze) Gianni ne ha parlato a [molte ____]

Quando fazemos cliticização de *ne* a partir do sintagma nominal *molte ragazze* em (23a) – o objeto direto nos termos da gramática tradicional –, o resultado, (23b), é uma sentença perfeita; contudo, se tentamos fazer o mesmo a partir do sintagma preposicional *a molte ragazze* em (23c) – o objeto indireto da gramática tradicional –, o resultado é a sentença (23d), que é agramatical.

Mas nem todos sintagmas nominais com este formato podem ser pronominalizados por *ne*. Considere as frases (24), onde é o sujeito – o argumento externo do verbo – que tem o formato quantificacional:

- (24) a. [Tante ragazze] hanno invitato Gianni
 b. * (Di ragazze) [Tante ____] ne hanno invitato Gianni
 c. * (Di ragazze) Ne hanno invitato Gianni [tante ____]

O que (24b) mostra é que é impossível a cliticização de *ne* a partir do AE; isto mesmo que ele esteja ocupando a posição pós-verbal, como em (24c),

uma posição bastante usual para os sujeitos em italiano. A generalização que emerge destes dados é que a cliticização de *ne* só é possível se é feita a partir de sintagmas nominais que são AIs.

O leitor atento já imagina onde queremos chegar: se a cliticização do *ne* partitivo é um diagnóstico para AIs, e se a hipótese inacusativa afirma que existem verbos monoargumentais que só possuem AI, a previsão é que os verbos inacusativos admitirão a cliticização de *ne*, ao passo que os verbos inergativos serão resistentes a esse processo. Dito de outro modo, contra a gramática tradicional – que, por admitir uma única classe de verbos monoargumentais, diria que eles devem se comportar uniformemente com respeito a cliticização do *ne* partitivo –, aqui esperamos dois comportamentos distintos para os verbos monoargumentais. Observe (25) e (26) abaixo:

- (25) a. Tanti ragazzi sono arrivati
b. Sono arrivati tanti ragazzi
c. Ne sono arrivati tanti
- (26) a. Tanti ragazzi hanno lavorato
b. Hanno lavorato tanti ragazzi
c. * Ne hanno lavorato tanti

(25) ilustra o comportamento de um verbo inacusativo, como *arrivare*, que não seleciona um sujeito necessariamente agente. (25a) é uma sentença com sujeito pré-verbal e (25b) uma sentença com sujeito pós-verbal. Ambas são perfeitas em italiano. Também é perfeita a cliticização do *ne*, o que implica que estamos lidando com um argumento interno, dado o que acabamos de ver sobre as possibilidades de cliticização de *ne*. Por outro lado, (26) ilustra o comportamento de um verbo inergativo, como *lavorare*, que seleciona um sujeito necessariamente agente. Aqui também tanto o sujeito pré-verbal, em (26a), quanto o sujeito pós-verbal, em (26b), são possíveis, mas a cliticização de *ne* fornece o resultado agramatical que vemos em (26c). Esta situação é o que esperamos se de fato estamos às voltas com um argumento externo. O contraste entre (25c) e (26c) demole a idéia de que a classe de verbos monoargumentais é homogênea.

3.2. *Essere versus avere*

A gramática tradicional e os métodos de ensino de língua têm uma dificuldade considerável para explicitar com quais verbos monoargumentais se usa o auxiliar *essere* e com quais o *avere* para a formação do *passato composto* do italiano. Em particular, o problema é definir um critério para sustentar a escolha: a opção é quase sempre por uma abordagem semântica segundo a qual os verbos monoargumentais que indicam movimento ou mudança de estado são os que selecionam *essere*, enquanto os outros verbos selecionam *avere*.

Note, entretanto, que não é muito claro por que as coisas deveriam ser assim e não o seu exato oposto; em particular, não é clara qual pode ser a relação entre o auxiliar *essere* e a interpretação de movimento ou mudança de estado. Mas este não é problema mais sério dessa abordagem; mais

sério é a inadequação empírica dela e sua incapacidade de levar os aprendizes a serem capazes de antever com quais verbos se usa um ou outro auxiliar. Vejamos um exemplo: *arrivare* é um verbo de movimento, que toma *essere* como auxiliar, não é? Perfeito! Mas *correre* não indica movimento também? E não dizemos *Maria ha corso (per due ore)* em vez de **Maria è corsa (per due ore)*?

Não vamos nos estender na discussão, porque parece claro que o critério semântico deixa muito a desejar. Vamos tentar estabelecer um critério sintático para uma escolha sintática: escolhe-se o auxiliar *essere* para fazer o passado composto de um verbo monoargumental se este é um verbo inacusativo, ou seja, se seu argumento é um AI; por outro lado, a escolha recai sobre *avere* quando o verbo monoargumental em questão for um verbo inergativo, ou seja, se seu argumento é o AE. É exatamente este o padrão das sentenças em (25) e (26) acima.

Mas por que as coisas seriam desse jeito e não exatamente ao contrário? Uma resposta para esta pergunta se encontra nas próximas subseções.

3.3. Passivas

As construções passivas são construções especiais nas línguas naturais porque elas de alguma forma “invertem” as construções ativas correspondentes: aquilo que era o objeto direto da sentença ativa se torna o sujeito da construção passiva, como vemos no exemplo do português em (27) e do italiano em (28):

- (27) a. O inimigo afundou o navio
b. O navio foi afundado (pelo inimigo)
- (28) a. Il nemico ha affondato la nave
b. La nave è stata affondata (dal nemico)

Observemos primeiramente que a relação semântica que o sintagma *o navio/la nave* mantém com o verbo é exatamente a mesma nas duas orações: trata-se do tema. Em segundo lugar, é de se notar o fato de que o auxiliar da passiva é sempre *ser/essere*, seja em português, seja em italiano (deixemos de lado o particípio *stata*). Ora, mais uma vez é o auxiliar *ser/essere* que é o escolhido quando temos um AI tornando-se o sujeito da frase.

Podemos levar às últimas conseqüências o que dissemos anteriormente e dizer que a construção passiva é uma construção inacusativa: toma o AI do verbo (que vemos ocupando a posição de complemento na forma ativa) e o transforma em sujeito da sentença.

A generalização então, proposta por Burzio, é de que o auxiliar *essere* só é escolhido quando estamos às voltas com a inacusatividade, ou seja, quando é o AI do verbo que ocupa a posição de sujeito. Em algumas línguas, como o italiano, todas as vezes que acontece isso, o auxiliar *essere* é escolhido, isto é, usa-se *essere* cada vez que o AI sai da sua posição de objeto, seja por conta de um processo sintático, como é a passiva, ou por conta de uma escolha lexical, como é a do tipo de verbo monoargumental. Já numa

língua como o português, apenas quando o processo é sintático (como a formação da passiva) é que o auxiliar *ser* é escolhido.

3.4. Construções “incoativas”

Uma outra construção que examinaremos aqui é aquela formada por um tipo bastante especial de verbo, que permite o seguinte par de sentenças:

- (29) a. O inimigo afundou o navio
b. O navio afundou

Se o raciocínio que fizemos para a passiva na seção anterior está correto, podemos reafirmar que em (29b) temos o AI do verbo tornando-se sujeito da sentença, ou seja, (29b) é mais um caso de inacusatividade. A predição que a hipótese inacusativa faz para a seleção de auxiliares em italiano é clara: a tradução de (29a) deve escolher o auxiliar *avere* – pois é uma construção transitiva bem comportada; a tradução de (29b), por outro lado, deve escolher *essere* – já que aqui temos em mãos uma construção inacusativa. E é exatamente este o padrão encontrado em italiano¹⁴:

- (30) a. Il nemico ha affondato la nave
b. La nave è affondata¹⁵

Vê-se, portanto, que a hipótese inacusativa faz predições corretas em um número grande de casos aparentemente desconectados.

3.5. Construções com o clítico *se*

Um último tipo de construção examinado aqui será as que contêm o clítico *si*. Uma destas construções é exemplificada pelo par em (31):

- (31) a. Il vento ha sparso le nuvole
b. Le nuvole si sono sparse

Em comparação com (30), a diferença que sobressai em (31) é a presença obrigatória do clítico *si*¹⁶, às vezes identificado como clítico incoativo. O que interessa é, de novo, a alternância do auxiliar: *avere* para a versão transitiva do verbo e *essere* para a versão inacusativa. Como nos casos anteriores, entendemos o uso de *essere* em (31b) quando observamos que o sujeito é o AI.

Outra construção é a que contém um clítico *si* reflexivo, como em (32b):

- (32) a. Gianni ha ferito Maria
b. Maria si è ferita
c. Maria ha ferito sé stessa

Em (32a) e (32c) o auxiliar usado é *avere* enquanto em (32b) é *essere*. (32a) não requer comentários adicionais uma vez que repete a estrutura transitiva com o AI como objeto. O problema é explicar, à luz da hipótese que vimos sustentando, que exista a alternância de uso de auxiliar entre (32b) e (32c). Ou seja: se nestas duas sentenças a interpretação é reflexiva (o que quer dizer mais que nunca que o verbo *ferire* significa o mesma coisa independente do auxiliar com que é usado), como se explica que em

(32c) é o auxiliar *avere* que é usado e em (32b) é o auxiliar *essere*? Como manter, face a (32), a hipótese de que o auxiliar *essere* é sempre usado quando o AI torna-se o sujeito?

Vamos responder a pergunta com base na idéia de Sportiche (2000) de que os reflexivos *si* e *sé stessa* têm estatuto diferente. O último tem estatuto de AI pleno, o que podemos deduzir de, pelo menos, uma de suas propriedades: não pode ser um clítico, já que ele ocorre depois do participio *ferita*, posição que não é própria de um clítico. Se *sé stessa* é o AI, então o sujeito *Maria* em (32c) só pode ser o AE (agente).

Por sua vez, por ser clítico, *si* não tem estatuto de AI pleno, como dissemos ser o caso para *sé stessa*. Claramente, a posição que ele ocupa junto ao auxiliar é não é a posição própria do AI. Como o agente e o paciente da ação de ferir coincidem, não temos como comprovar que *Maria* seja o AE (agente) em (32b). Por causa desta indefinição, conseguimos reconciliar o uso do auxiliar *essere* nas construções reflexivas com a hipótese que vimos sustentando: o auxiliar *essere* é usado em (32b) porque *Maria* é um AI que está funcionando como sujeito, como em todos os casos apontados.

4. Conclusão

Este trabalho fez uma ponte entre a lingüística teórica e a lingüística aplicada tendo em vista o ensino de italiano para brasileiros. Para tanto, apresentamos a hipótese inacusativa, segundo a qual existem verbos que têm um único argumento que é interno, mas que acaba sendo o sujeito da sentença. O fato de o sujeito corresponder ao AI possibilita entender por que a classe dos verbos identificados como inacusativos se amoldam ao uso do auxiliar *essere* e do clítico *ne*. Por esta razão, hipotetizar que existem verbos inacusativos representa uma contribuição importante para os professores e aprendizes de italiano.

NOTAS

- 1 Os casos **nominativo** e **acusativo** das línguas nominativas são a contraparte dos casos **ergativo** e **absolutivo** das línguas ergativas. Como muitas vezes acontece na literatura, para evitar confusão usamos o termo derivado **inergativo** em vez de **intransitivo** (ou **intransitivo verdadeiro**) para a classe de verbos cujo único argumento corresponde ao AE.
- 2 Tipologias mistas devem aqui ser desconsideradas para que a generalização funcione.
- 3 Em línguas com morfologia rica, é a morfologia casual que estará presente. No entanto, é possível mostrar que em línguas sem morfologia casual, o papel da morfologia é exercido por outro recurso sintático, a ordem dos elementos na frase, por exemplo, o que nos faz crer que, para além da existência de caso morfológico, é possível pensarmos na existência de um mecanis-

mo de marcação de Caso abstrato, uma propriedade partilhada por todas as línguas. Voltaremos a esse ponto mais detidamente na seção 1.3.

- 4 Por achar irrelevante para esta discussão introdutória, desconsideramos o fato de o português não ter realmente um passado composto. Nesta língua, a combinação do presente do indicativo do verbo *ter* com um particípio passado é agramatical em contextos de iteração definida, restrição que não se observa com o passado simples do português (nem com o passado composto do italiano ou do francês):
 - (i) a. *Maria tem gritado duas vezes por socorro.
b. Maria gritou duas vezes por socorro.
- 5 Por hipótese, pronunciar uma sentença, isto é, dar ordem linear para os constituintes hierarquizados em (1), é “baixar os galhos” da árvore da esquerda para a direita.
- 6 Exceto em certas sentenças com os verbos *ter* e *haver* que são classificadas como não tendo sujeito:
 - (i) a. Há uma gota de sangue em cada poema.
b. Tinha uma pedra no meio do caminho.
- 7 *Small clauses* são estruturas em que há uma relação de predicação como a que existe entre o sujeito e o predicado de uma sentença finita, mas que não contêm um verbo flexionado. Observe (16), em que o sujeito é sempre *A Maria* e os predicados são, respectivamente *triste*, *uma freira* e *de ferro*.
- 8 Observar que verbos como *chover* são definidos pela estrutura argumental em (5a), isto é, por não selecionarem nenhum argumento, e não entram no quadro porque não é muito claro seu estatuto na tradição gramatical.
- 9 Porém, existem situações em que é mais difícil que o DP apareça antes do verbo finito. Tome como exemplo uma sentença cujo verbo é existencial:
 - (i) a. Existe uma gota de sangue em cada poema.
b. *Uma gota de sangue existe em cada poema.
- 10 Em princípio, isolar propriedades semânticas tende a ser mais complicado porque um verbo como *affondare* ora pode ser empregado com um ora com outro auxiliar sem que suas propriedades semânticas se alterem.
- 11 Outros papéis temáticos proeminentes são **causador** e **experienciador**.
- 12 Vamos deixar de lado os verbos que se constróem com *se* e mais um argumento nominal, como *dissipar* que aparece na sentença (i):
 - (i) As nuvens se dissiparam
- 13 Chamamos a este pronome de clítico porque ele, como os outros oblíquos átonos, deve aparecer ao lado do verbo flexionado da frase, sendo-lhe impossível permanecer no lugar ocupado pelos DPs plenos.
- 14 Ver uma vez mais que a adoção de um critério semântico para definir a classe de verbos que são usados com *essere* ou *avere* não é um bom caminho. Não é muito fácil explicar uma possível mudança de significado no verbo *affondare*

de (29a) para (29b). Por outro lado, as diferenças sintáticas são transparentes: só em (29b) temos um caso em que o AI é o sujeito.

- 15 Note-se a diferença entre a construção passiva em (28b) e a “incoativa” em (29b), marcada pela presença do particípio *stata* na primeira, apesar de a significação temporal de ambas ser o *passato prossimo*.

- 16 Observar que a sentença (i) é gramatical no italiano, mas com uma interpretação diferente de (31b):

(i) Le nuvole sono sparse

A interpretação de (i) é semelhante à sentença resultativa do português *As nuvens estão dissipadas*. A tradução de (31b) equivale a sentença do português *As nuvens (se) dissiparam*.

BIBLIOGRAFIA

Burzio, L. (1986) *Italian Syntax*. Amsterdam, Kluwer Academic Publishers.

Haegeman, L. (1991) *Manuale di Grammatica Generativa: la teoria della Reggenza e del Legamento*. Milão, Ulrico Hoepli Editore S.p.A.

Koopman, H. & Sportiche, D. (1991) “The position of subjects”. *Lingua* 85: 211-285.

Mioto, C., Silva, M. C. F. & Lopes, R. E. V. (1999) *Manual de Sintaxe*. Florianópolis, Insular.

Sportiche, D. (2000) *Partitions and Atoms of Clause Structure*. New York, Routledge.